



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 560/2015 (c/ 8 volumes; apensos de nº 29493/2011-TCDF, 150.001.054/2015-GDF e 70.001.421/2015-GDF)

RELATOR: Conselheiro Paulo Tadeu

PARECER: 885/2016–MF

EMENTA: Auditoria de regularidade. Vários órgãos/entidades. PGA/2015. Fiscalização da regularidade de determinadas rubricas na folha de pagamento da Administração Distrital. Falhas e irregularidades identificadas. Remessa de cópia do relatório de auditoria aos entes auditados para saneamento e/ou apresentação de justificativas pertinentes. Análise dos desdobramentos. Cumprimento parcial das medidas saneadoras requeridas. Secretaria de Fiscalização de Pessoal, ao passo de propor a ciência das manifestações advindas e providências adotadas, pugna, entre outras medidas, pela expedição de determinações, recomendações e notificação que discrimina. Aquiescência do Ministério Público, na essência, excetuado entendimento relativo a um dos pontos da auditoria.

Retornam ao Ministério Público estes autos de auditoria de regularidade realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal desta Corte em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por escopo verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores e empregados ativos, inativos e pensionistas, com foco nos aspectos definidos nas Questões de Auditoria¹.

2. Na fase preliminar do feito, ao apreciar o resultado das evidências e observações sobre os fatos e aspectos relacionados às citadas questões, consubstanciado

¹ Assim discriminadas:

“QA 1: Há irregularidades ou incongruências nos pagamentos de Indenização de Transporte e de Auxílio-Transporte?

QA 2: As jurisdicionadas estão incluindo as parcelas Hora Extra e Adicional Noturno para fins de aplicação do teto constitucional?

QA 3: Há pagamentos de Auxílio-Alimentação em duplicidade quando da acumulação de cargos?

QA 4: Há pagamentos de Auxílio-Creche em duplicidade quando da acumulação de cargos?

QA 5: Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS)?

QA 6: Há inconsistências ou incongruências no pagamento de quintos/décimos?

QA 7: Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Auxílio-Moradia dos Militares da PMDF e do CBMDF?

QA 8: São lícitos os incentivos criados pelas Portarias nos 94/2014 e 112/2014-SES?

QA 9: Há irregularidades na requisição/cessão de servidores? E qual o ônus decorrente de requisições e cessões para o GDF?

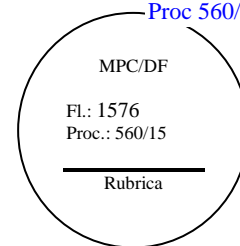
QA 10: Está sendo aplicado o teto remuneratório unificado nas requisições/cessões de servidores?

QA 11: É lícita a transposição de servidores do SLU para outros órgãos?

QA 12: Há acumulações de cargos/pensões – 2ª aposentadoria/pensão em cargos não acumuláveis, antes consideradas possíveis nos termos da Decisão nº 4.906/2010, reformada pela Decisão nº 3.034/2014 (art. 11 da EC nº 20/1998)?

QA 13: Há distorções na aplicabilidade de VPNIs e gratificações? Está havendo absorção de VPNIs pagas em função de reduções salariais quando da ocorrência de reajustes futuros?

QA 14: É lícito o estabelecimento pela Novacap de valor fixo a título de Programa de Metas e Resultados, independente do desempenho da Companhia ou de seus servidores?”



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

no Relatório de Auditoria nº 02/2015, deliberou a e. Corte, com arrimo no art. 41, § 2º, da LC nº 1/94, pela remessa de cópia da versão prévia daquele documento técnico aos jurisdicionados, bem como ao Sr. Governador do DF, para conhecimento e manifestação acerca dos achados, critérios, evidências, causas, efeitos e propostas de correção e melhorias nele contidos, naquilo que lhes fosse devido, ou, querendo, apresentassem justificativas/esclarecimentos pertinentes (Decisão nº 3.191/2015 - fls. 234/235).

3. Na presente etapa processual, a Sefipe apresenta suas considerações acerca dos pronunciamentos apresentados, mercê da percuente e bem elaborada Informação de fls. 1529/1572, tendo concluído, ao fim, pela exclusão de algumas sugestões inicialmente encerradas no Relatório de Auditoria, à vista de adequadas medidas saneadoras adotadas, e pela manutenção de outras, seja por considerar insubsistentes as respectivas informações oferecidas, seja porque se verificaram pendências ou não houve manifestação dos entes auditados, resultando, assim, nas seguintes proposições ora submetidas ao e. Plenário:

“I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 289/1528, apresentados em atendimento à Decisão nº 3191/2015, bem como das informações deles constantes e relatadas nesta Instrução.

II. considerar ilegais o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal e à Secretaria de Fazenda do DF que o pagamento da indenização de transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados e sim em relação ao total das distâncias efetivamente percorridas e aos dias em que houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos.

III. determinar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

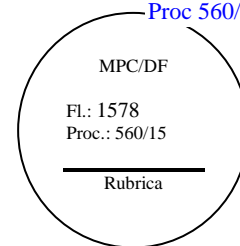
- a) a SESDF e as Administrações Regionais do Guará e de São Sebastião justifiquem os pagamentos que vêm sendo realizados a seus servidores, elencados no Quadro I do Relatório de Auditoria (fls. 137/139), a título de Auxílio-Transporte e de Indenização de Transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas a esses servidores. Caso a resposta seja afirmativa, deverão realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário;
- b) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal devem verificar a regularidade dos pagamentos



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas a que o servidor faz jus, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada, adotando a regularização imediata nos casos em que houver incorreções;

- c) a Secretaria de Estado de Saúde, quanto ao benefício “Auxílio-Creche” percebido em duplicidade pelos servidores Helicinia Giordan Espindola Peixoto, mat. 145760-8 e Ademário Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, cesse o pagamento de um dos beneficiários, e em relação a eles e aos demais listados no Quadro V (fl. 155) faça o levantamento dos valores pagos em duplicidade a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, adotando, ainda, providências para o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente, observada a prescrição quinquenal, tendo em conta que o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge e de dependente maior que 6 (seis) anos de idade;
- d) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria;
- e) o DER, a SEDF, a SEMA, e a SESDF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando que as situações dos servidores da SEDF Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6 e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4 foram sanadas na forma relatada nesta instrução;
- f) o DER/DF, a SEDF, e a SESDF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998;
- g) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;
- h) a SEF que justifique o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujo percentual foi bem superior à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;
- i) o SLU junte demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações com os respectivos fundamentos legais, que justifique os quintos/décimos incorporados atualmente;



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

- j) a SESDF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nos 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, além de apresentar documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear ambos os incentivos;
- k) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; e Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores **João Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro**, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;
- l) a Secretaria Geral de Administração desta Corte informe o resultado do procedimento integrante do Processo nº 9810/2011, para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional ao servidor **José Augusto de Andrade Pinto**, em face a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, para fins de restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;
- m) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar as situações dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, face ao disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interromper imediatamente o pagamento, além de proceder à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir da ciência da SESDF do teor da Decisão nº 2.975/2008, atentando para todos os efeitos subsequentes;
- n) o SLU adote as providências que entender cabíveis tendo em conta o desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4;
- o) a SESDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
- p) a SEDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
- q) o CBMDF que justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II do Relatório de Auditoria (fls. 109/116);
- r) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informe os critérios adotados para a distribuição dos valores aos empregados da empresa;

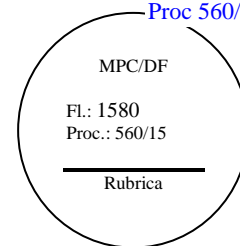


Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

- s) a SES em relação ao Auxílio-Transporte, ajustar o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como vem ocorrendo em alguns casos, com os de **Adonilia Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes**, matrículas SES nºs 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente;
- t) a Secretaria de Saúde do Distrito Federal revise a Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas naquela Pasta;

IV. determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

- a) o IBRAM informe a situação atualizada do Processo nº 391.001393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1; bem como da regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7;
- b) as seguintes jurisdicionadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal:
 - b.1) Polícia Civil do DF, Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2;
 - b.2) DETRAN, Isaac Amaro da Silva, mat. nº 194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1;
 - b.3) SLU, Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1;
 - b.4) SINESP, Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8;
 - b.5) SEPLAG, Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0;
- c) a Polícia Civil do DF corrija no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843-X, de acordo com o comprovante apresentado;
- d) o SLU dê ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1 que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR;
- e) a CAESB noticie o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade de Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento;



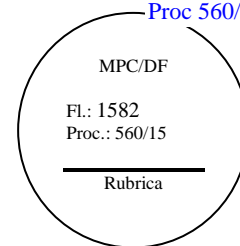
**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- f) a SEDF informe as providências adotadas com o fim de ressarcimento do recebido indevidamente com a percepção do Auxílio-Alimentação na CAESB e na secretaria pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3;
- V. determinar, ainda, as jurisdicionadas que:
- a) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da indenização de transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011;
- b) em relação ao Auxílio-Transporte, realizem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH:
- b.1) com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente;
- b.2) com as linhas de ônibus a que o servidor de fato faz jus, as quais encontram-se cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas;
- c) considerando o que consta das Decisões Administrativas nºs. 4/2015 e 17/2015 e item II, alínea “e”, da Decisão nº 5943/2015, providencie, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do teto remuneratório, observada a soma das remunerações;
- VI. recomendar que:
- a) as jurisdicionadas requeiram aos servidores e empregados que fazem jus ao auxílio-transporte a apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais do mês anterior de modo sistemático (até o 5º dia útil ou até o dia 10 do mês subsequente, por exemplo), para fins de comprovação da despesa, providenciando o ressarcimento ao erário de eventuais valores percebidos nos dias em que não houver comprovação dessa despesa, atentando para o que vier a ser decidido nos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e;
- b) a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do DF que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vincule-a ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo a cada empregado valores de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia;
- VII. recomendar, ainda, ao Governador do Distrito Federal:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

- a) como responsável pela autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011), a revisão das cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde, bem como que atente quando das autorizações para futuras cessões para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011;
- b) o encaminhamento à CLDF de projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade;
- c) a edição de norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, que degradam o atendimento nas unidades de saúde e podem causar danos à saúde dos profissionais;
- d) quanto às VPNI's:
- d.1) a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003;
- d.2) a não inclusão em normas que vierem a ser criadas de outros critérios de reajustes para VPNI's que não seja a majoração apenas de acordo com os reajustes de caráter geral, concedidos a todos os servidores do Distrito Federal;
- d.3) que vierem a ser criadas em decorrência de decréscimo remuneratório, que haja previsão legal expressa para absorção por reajustes futuros, com a redução gradual até serem extintas (até que a VPNI seja extinta, a soma do vencimento básico com as demais parcelas pecuniárias permanentes, inerentes ao cargo ou à pessoa, e com a VPNI não pode ser superior ao que era pago antes da concessão da VPNI), conforme precedentes do STF e do STJ e considerando que essa parcela visa evitar uma redução momentânea da remuneração, nos termos do art. 37, inciso XV, da CRFB;
- e) quando da criação de gratificações e outras parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação e de controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que fariam jus à vantagem; X. cientificar o Sr. Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos reajustes;
- VIII. cientificar o Sr. Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos reajustes;
- IX. autorizar:



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- a) a remessa de cópia da presente Instrução e do Relatório de Auditoria às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas, bem como da Tabela I (fls. 103/108) aos jurisdicionados mencionados no item III, alínea “b”;
- b) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem;
- c) autorizar o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.”

4. Os autos vieram, assim, ao Ministério Público para manifestação regimental, cabendo assinalar, de plano, que, embora convergente com as ponderações e proposições inicialmente apresentadas pela zelosa Sefipe, este órgão ministerial avaliou tratar-se de entendimento preliminar sobre as questões abordadas, o que poderia exigir um melhor olhar a respeito em fase seguinte caso os jurisdicionados, ao ensejo de conhecer dos fundamentos que balizavam as respectivas determinações e recomendações que então lhes eram direcionadas, viessem apresentar à e. Corte juízos dissidentes.

5. Sob tal contexto, ao compulsar os autos em cotejo com a presente análise do corpo instrutivo, observa-se que não houve, por parte dos jurisdicionados, contestação acerca das considerações e conclusões lançadas no Relatório de Auditoria nº 02/2015, afigurando-se corretas, na essência, as providências e recomendações então alvitadas e, agora, reafirmadas, destinadas à regularização de aspectos da vida funcional de servidores, ativos e inativos, e pensionistas dos entes auditados, em conformidade com as disposições legais de regência, bem como pertinentes aquelas voltadas ao aperfeiçoamento dos controles internos avaliados.

6. Inobstante esse juízo sintético, oportuno trazer novas luzes sobre a 1ª questão de auditoria, referente ao pagamento das rubricas “Indenização de Transporte” e “Auxílio-Transporte”, mais especificamente, quanto à possibilidade de seu acúmulo, cuja abordagem no sobredito relatório técnico veio assim formulada:

“Pagamento de indenização transporte cumulado com auxílio-transporte

42. Cabe destacar a existência de pagamento de indenização de transporte a servidores que também recebem auxílio-transporte, em desconformidade com o art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, que assim dispõe (grifo nosso):

Art. 107. Ao servidor é devido auxílio-transporte, a ser pago em pecúnia ou em vale-transporte, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, no início e no fim da jornada de trabalho, relacionadas com o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

[...]

§ 2º O auxílio-transporte não é devido:

[...]



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

IV – cumulativamente com outro benefício ou vantagem de natureza igual ou semelhante ou com vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, salvo nos casos de:

- a) acumulação lícita de cargos públicos;
 - b) servidor que exerça suas atribuições em mais de uma unidade administrativa do órgão ou entidade a que esteja vinculado, aqui compreendidos os estabelecimentos públicos de ensino e saúde do Distrito Federal.
- [...]

43. Essa restrição não é inovação da LC nº 840/2011, tendo em conta que as normas distritais que anteriormente tratavam do tema também disciplinavam a matéria do mesmo modo (grifos nossos):

Art. 3º É vedado o pagamento do auxílio-transporte cumulativamente com outro benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, à exceção dos casos de:

- I – acumulação lícita de cargos públicos;
- II – servidor público que tenha de exercer suas funções em mais de uma unidade administrativa, aqui compreendidos os estabelecimentos de ensino e os da rede pública de saúde do Distrito Federal.

(Lei nº 2.639/2000)

Art. 3º É vedado o pagamento cumulativo do auxílio-transporte com outros benefícios ou vantagens de natureza semelhante ou com vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, salvo nos casos de:

- I – cumulação constitucional de cargos públicos;
- II – servidor que exerça suas atribuições em mais de uma unidade administrativa do órgão ou entidade a que esteja vinculado, aqui compreendidos os estabelecimentos de ensino público e de saúde do Distrito Federal.

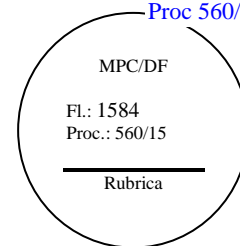
(Lei nº 2.966/2002)

44. Nessa mesma linha, entendimento do CNJ, em resposta a consulta que tratava do pagamento concomitante das duas verbas em análise aos Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

CONSULTA – TJPE – OFICIAIS DE JUSTIÇA – CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE COM INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE – COGNICÃO PELO CNJ – DESCABIMENTO DA CUMULAÇÃO.

O Poder Judiciário Federal, regulamentando a forma de pagamento da indenização de transporte, prevista no art. 60 da Lei 8.112/90, e do auxílio-transporte, por meio das Resoluções 4/08 do Conselho da Justiça Federal e 11/05 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, assentou a impossibilidade de cumulação de pagamento das parcelas recebidas sob o mesmo título ou com a mesma destinação.

A legislação estadual pernambucana não contempla a vedação, apenas assentando o cabimento do auxílio-transporte para todos os servidores do Poder Judiciário (para fins de deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa) (Lei 12.390/03) e o cabimento da indenização de transporte para os oficiais de justiça (Lei 13.332/07).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

A competência para a iniciativa de projeto de lei visando à criação e extinção de cargos e remuneração é privativa dos Tribunais de Justiça (CF, art. 96, II, “b”). Não desponta que a primeira cognição quanto ao tema seja do Conselho da Magistratura Estadual, já que não identificada entre as competências deste. Desse modo, a atuação originária do CNJ estaria autorizada, e não apenas como instância revisora administrativa.

A indenização de transporte devida ao oficial de justiça, em razão de despesas resultantes da utilização de meios de locomoção não fornecidos pela Administração para se desincumbir dos serviços externos, naturalmente engloba o auxílio-transporte, pois cobre todos os seus deslocamentos, incluídos os da residência ao tribunal. É fato conhecido que os oficiais de justiça, até para otimizar o trabalho externo de cumprimento de mandados judiciais, procuram concentrar as tarefas a serem realizadas *extra forum* em poucos dias da semana, partindo para os destinos de cumprimento dos mandados, muitas vezes, até de sua própria residência, razão pela qual a parcela indenizatória, em princípio, considerando o mês trabalhado, supriria a contento as despesas realizadas em alguns dias do mês.

Nesse passo, o auxílio-transporte, embora pareça destinar-se a função distinta, qual seja, a de prover o necessário ao deslocamento para ida e vinda do trabalho, é absorvido pela indenização de transporte, no caso dos oficiais de justiça, tendo a mesma natureza indenizatória de ressarcimento de custos com o deslocamento.

Assim, não se justificaria a percepção cumulativa das indenizações, nos termos já placitados pelas Resoluções destinadas aos servidores do Poder Judiciário Federal.

Consulta respondida negativamente.

(CNJ, Consulta nº 0003370-02.2009.2.00.0000, Relator IVES GANDRA, Data de Julgamento 13.10.2009, Sessão 92)

45. É possível que, no mesmo mês, haja o pagamento do auxílio (arts. 107 a 110 da LC nº 840/2011) e da indenização de transporte (art. 106 da LC nº 840/2011), sendo esta devida apenas nos dias em que se comprovar a utilização de uso de veículo próprio para execução de serviços externos relativos ao cargo e aquela, nos demais dias.

46. Porém, não é isso que parece estar havendo no GDF, que, em dezembro de 2014, pagou aos servidores a seguir listados a indenização de transporte em concomitância ao auxílio-transporte, conforme fl. 37 e Quadro abaixo:

(...)

47. Registre-se, por oportuno, que somente no mês de dezembro de 2014, foi pago a esses servidores o montante de R\$ 18.173,98 a título de auxílio e indenização de transporte.

48. Por oportuno, informa-se que foram identificados indícios de pagamento indevido de indenização transporte cumulativamente com auxílio-transporte a alguns servidores da PGDF e DPDF, o que está sendo tratado no Processo TCDF nº 11.814/14.

49. Em face disso, do mesmo modo que esta Divisão se manifestou nos autos do Processo nº 11.814/2014, que trata de auditoria de regularidade realizada na PGDF e na DPDF, deve-se determinar que as jurisdicionadas justifiquem os pagamentos que vêm sendo realizados a esses servidores a título de auxílio-



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

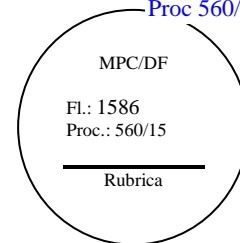
transporte e de indenização de transporte, esclarecendo se houve pagamentos concomitantes dessas duas parcelas a esses servidores. Caso a resposta seja afirmativa, deverá realizar os ajustes necessários, a fim de evitar o pagamento concomitante das mesmas, em cumprimento ao art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/2011, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, observados o contraditório e a ampla defesa.”

7. A justificativa então requerida sobre esse ponto auditado foi demandada da Secretaria de Saúde e das Administrações Regionais do Guará e de São Sebastião (item IV, alínea “a”, do Relatório de Auditoria nº 2/2015), todavia qualquer desses órgãos dignou-se a apresentar resposta à Corte, conforme verificado pelo órgão técnico.

8. Registre-se, contudo, que a questão tomou outro rumo no Processo nº 11814/2014, de auditoria de regularidade na PGDF e na DPDF, dentre cujos pontos de análise constou a hipótese de pagamento cumulativo das citadas vantagens indenizatórias.

9. Ao relatar aqueles autos, o i. Conselheiro Inácio Magalhães manifestou entendimento no sentido de que tais institutos possuiriam natureza distinta, logo, a vedação contida no art. 107, § 2º, inciso IV, da LC nº 840/11 deveria ser interpretada, a seu juízo, somente quando ocorresse a percepção de dois benefícios sob o mesmo fundamento, não importando o *nomen juris* utilizado. No caso, porém, como a PGDF possuiria regra vedando, expressamente, a percepção do auxílio-transporte em conjunto com a indenização de transporte, entendeu-se que seria essa norma de atendimento compulsório pela jurisdicionada. Tal compreensão restou estampada na Decisão nº 5.590/2015 (item VII, alínea “a”, subitem “4”, transcrito abaixo) e mantida pela Decisão nº 719/2016, exarada em sede de embargos declaratórios opostos pela PGDF:

[...] VII – deliberar no sentido de que: a) com relação à parcela de Indenização de Transporte: 1. é necessário comprovar a utilização de meio próprio de locomoção para o recebimento da referida parcela; 2. os servidores da PGDF e da DPDF que perceberem a citada parcela devem declarar, sob as penas da lei, a utilização de veículo próprio para realização de atividades que demandam o seu pagamento, obrigação essa a ser contemplada em normativos próprios de ambas as jurisdicionadas; 3. seu pagamento não é devido ao ocupante de cargo em comissão, a não ser que comprovadamente as suas atribuições exijam serviço externo; **4. em tese, seu pagamento cumulativo com o auxílio-transporte é possível, porquanto são vantagens dessemelhadas em sua natureza/fundamento, o que, contudo, não se aproveita à situação normativa da PGDF, uma vez que o art. 5º da Portaria/PGDF n.º 141/2005 expressamente veda tal possibilidade;** b) não devem ser levadas em consideração, na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia, parcelas temporárias, a exemplo do Adicional de Qualificação previsto pela Lei n.º 4.426/2009; [...]” (grifos nossos)



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

10. Essa situação de acúmulo voltou a ser brevemente enfrentada em recente apreciação do Processo nº 13307/2015, cuidando de auditoria de regularidade na Agência de Fiscalização do DF – AGEFIS, em que, alertado por este órgão ministerial quanto ao entendimento acima informado, o nobre Conselheiro Paulo Tadeu, que, assim como o presente, presidia o feito, houve por bem conferir tratamento equânime à questão, nos termos expressos no voto condutor da Decisão nº 3.818/2016, lá exarada.

11. Nesse quadro, a par da possibilidade jurídica de pagamento cumulativo das vantagens indenizatórias em referência, conforme evidenciam os sobreditos precedentes, e em prestígio à uniformidade processual, não se revela apta a prosperar a medida consubstanciada no item III, alínea “a”, das sugestões finais apresentadas pelo corpo técnico nesta oportunidade, recomendando-se sua exclusão e consequente reordenamento do que consta nas alíneas subsequentes.

12. Ante o exposto, acorde, substancialmente, com as considerações e conclusões ora emanadas da d. Sefipe, o Ministério Público opina pelo acolhimento das aludidas sugestões finais, à exceção do que consta em seu item III.a, pelas razões alhures apresentadas neste opinativo.

É o parecer.

Brasília, 19 de setembro de 2016.

Márcia Farias
Procuradora